

ACERTO DE CONTAS: Governadores reeleitos do PSDB vão se reunir com o presidente

ACM: resultado das eleições dificultará aprovação de medidas de ajuste fiscal

Para senador, aliados que foram derrotados nas urnas devem criar mais resistência

• BRASÍLIA e BELÉM. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou ontem, ao chegar no Congresso, que o Governo terá mais dificuldades para aprovar as medidas de ajuste fiscal em consequência do resultado das urnas no segundo turno das eleições dos governadores. Segundo o senador, como muitos dos aliados do Governo foram derrotados, eles deverão apresentar maior resistência nas negociações.

— As pessoas sofridas com a derrotas são mais difíceis de convencer, mas nós vamos fazer o possível — afirmou Antônio Carlos Magalhães.

Governadores farão queixas ao presidente

O presidente do Senado, mesmo admitindo que o Governo enfrentará maiores dificuldades no Congresso para conseguir aprovar o conjunto do ajuste fiscal, defendeu a imediata aprovação das medidas.

— O presidente está ouvindo os vários segmentos da sociedade. Nós do Congresso também temos que fazê-lo — afirmou.

Recém reeleitos, os governadores do PSDB vão se reunir para dizer ao presidente Fernando Henrique Cardoso que discordam, prioritariamente, de dois pontos

OPINIÃO

PEQUENOS E ESTREITOS

• NUM MUNICÍPIO fluminense onde os funcionários públicos ganham em média R\$ 280 por mês, o salário do prefeito pulou de R\$ 3.700 para R\$ 9.800.

O DESPAUTÉRIO foi revelado pelo GLOBO há alguns dias e eliminado por ato do Tribunal de Contas do Estado. É flagrantemente inconstitucional.

A SOLUÇÃO rápida do episódio da modesta Lajes do Muriaé não impede que sirva como advertência. O conceito de severa austeridade financeira, pelo visto, talvez ainda esteja longe de representar a idéia fixa nacional que precisa ser.

EM PEQUENOS municípios e em estreitas mentalidades.

do ajuste fiscal: a prorrogação e ampliação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e o critério para cálculo do déficit dos estados na hora de acionar o gatilho.

O governador do Pará, Almir Gabriel, conversou com todos os governadores do partido, inclusive Mário Covas. Em comum, a aversão à possibilidade de ampliação do dinheiro dos estados que o Governo federal retém para compor o FEF. Hoje, são 20%. Mas, pela proposta da equipe econômica, deverá ficar em 30%.

— Não dá para aceitar nem a continuação nem a ampliação do FEF. É uma punição — reclamou.

Os tucanos pregam a fórmula

mais justa, em que os sacrifícios sejam compartilhados por todos: União, estados e municípios.

Segundo Almir, o Governo deveria reavaliar a concessão de incentivos fiscais e apostar mais no combate à sonegação. Ele defende a ampliação da base de contribuintes. A contribuição de um trabalhador, diz, é tirada à força, no contracheque. Já o patrão que retira a contribuição nem sempre repassa à União.

Almir Gabriel defende ainda uma imposição de sacrifícios de acordo com a capacidade de cada estado. Os do Sul e Sudeste, argumenta, podem colaborar um pouco mais. A União também.

— O crescimento econômico do país não pode ser atrapalhado, principalmente dos estados em processo de desenvolvimento mais atrasado. Não podemos sacrificar o Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia — pregou.

Temer se diz surpreso com aumento da CPMF

Autor de um projeto de criação da CPMF para amortização da dívida pública quando era senador, Almir acredita, no entanto, que o brasileiro concordará em pagar um pouco mais (0,30%) se estiver certo que a austeridade vale para União, estados e municípios.

A disposição do Governo em aumentar a alíquota da CPMF de 0,2% para 0,35%, podendo chegar a até 0,4%, surpreendeu o presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP). Temer previu que a equipe econômica esbarrará em dificuldades para aprovar o aumento da alíquota, um dos pontos que o Governo conta fortemente para aumentar a arrecadação e atingir os cerca de R\$ 25 bilhões que se pretende com o pacote.

— Antes, ouvia-se falar em um aumento de 0,2% para 0,3%. Agora esse aumento passou para 0,35%. Isso surpreende negativamente — comentou o presidente da Câmara. ■